

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.650.428 - SP (2020/0012027-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : SPRIT - ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA
ADVOGADO : SIMONE RODRIGUES COSTA BARRETO - SP179027
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : NATHALY CAMPITELLI ROQUE - SP162679

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por SPRIT - ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL - Mandado de Segurança - Município de São Paulo - ISSQN - Impetração para garantir o direito líquido e certo de inclusão de débito em programa de regularização - Lei Municipal nº 16.240/15 que instituiu PRD Previsão na lei de que somente seriam passíveis de regularização débitos ocorridos enquanto o sujeito passivo esteve enquadrado indevidamente como sociedade uniprofissional Impetrante que nada comprovou acerca da data de seu desenquadramento do regime especial de recolhimento do ISSQN, afirmando genericamente que tal ato se dera no final de 2008, sem precisar ou indicar por meio de prova documental a exata data do desenquadramento Prevalência do ato administrativo de desenquadramento que indica o dia 05.10.2005 Ausência de comprovação do direito líquido e certo invocado - Comunicado emitido pelo Município para adesão ao programa de parcelamento que não a vincula, a depender do exame do período de apuração previstos nos autos de infração para se identificar quais débitos estariam ou não incluídos no aludido parcelamento, para fins de aplicação do disposto no art. 1º, § 2º da Lei Municipal nº 16.240/15, incluindo-se somente aqueles ocorridos antes do desenquadramento Sentença mantida Recurso improvido.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do arts. 146 do CTN, sustentando direito adquirido de incluir a totalidade de seus débitos no Programa de Regularização de Débitos do São Paulo.

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 149 do CTN, aduzindo a não revisibilidade do ato administrativo por erro de direito.

Quanto à terceira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 100, I e parágrafo único, do CTN, afirmando que o Comunicado

recebido da Município configura norma complementar, cuja inobservância enseja a imposição de penalidades.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, não é cabível o recurso especial porque interposto contra acórdão com fundamento em legislação local, ainda que se alegue violação de dispositivos de lei federal. Aplicável, por analogia, o óbice previsto na Súmula n. 280 do STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário" (AgRg no AREsp 575.206/PE, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 15/12/2015).

Nesse sentido: "[...] o Tribunal de origem, ao rejeitar os segundos Embargos de Declaração, opostos pelo agravante, afastou tal nulidade, também com base na Lei estadual 2.752/05 e no Decreto municipal 4.512/05. Nesse contexto, rever o entendimento adotado na origem demandaria a análise de legislação local, o que é vedado em Recurso Especial, nos termos da Súmula 280/STF" (AgInt no AREsp 1.220.503/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 6/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no REsp 1678327/MG, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no AREsp 1182429/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 14/5/2018; AgInt no AREsp 1127582/SE, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 5/12/2017; e AgInt no AREsp 816.883/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 5/10/2016.

Quanto à segunda e à terceira controvérsias, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: "O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ" (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017).

Superior Tribunal de Justiça

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018; e AgInt no AREsp n. 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente